

## Subjetividades contemporâneas: sexualidades, gêneros, parentalidades, famílias

Almira Correia de Caldas Rodrigues<sup>[1]</sup>

Carolina Pompeu de Sousa Campos<sup>[2]</sup>

**RESUMO:** As autoras realizam uma reflexão sobre as subjetividades contemporâneas em suas expressões sexuais, de gênero e familiares a partir de perspectivas psicanalíticas e da interlocução com outras disciplinas. Essas questões são analisadas no âmbito do contexto sociocultural atual, com seus eixos de diversidade, dissidências e migrações. Destacam o desafio da psicanálise de se manter criativa e acolhedora para dialogar com os sujeitos contemporâneos, que se confrontam com vastas possibilidades de *serem si mesmos*.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicanálise, sexualidade, gênero, parentalidade, família

---

1. Membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb). Membro do Comitê Mulheres e Psicanálise (Cowap/SPBsb).

2. Membro do Instituto de Psicanálise Virgínia Leone Bicudo/SPBsb. Membro do Cowap/SPBsb.

No início deste século, a psicanalista argentina Mariam Alizade (2012) cunhou o termo *quarta série complementar* para dar conta do que, pelo seu ponto de vista, a psicanálise por vezes deixava escapar. São sabidas as teorias clássicas a respeito da maneira como cada ser humano reage às restrições impostas ao prazer. São maneiras únicas, individuais, visto que fatores diversos como constituição, influências na infância e na fase adulta e intensidade de uma determinada experiência conjugam-se em um sentido próprio. A quarta série complementar propõe um olhar atento para o contexto sociocultural, histórico, político e econômico na história de cada indivíduo.

Compreender o ser humano fora de seu tempo é tarefa infrutífera, tanto do ponto de vista teórico como clínico. A quarta série não é um fator circunstancial – é tão relevante quanto qualquer elemento das outras séries complementares, porquanto ela molda os repertórios subjetivos. Pensamentos, desejos, ações, conforme explica a autora, são moldados a partir dos imperativos de cada época. A intimidade das representações e dos afetos está repleta de cultura.

É em vista dessa ideia que compreendemos a importância do debate sobre a (de)composição das subjetividades contemporâneas. A multiplicidade de escolhas possíveis nos dias atuais, tanto individuais como coletivas, abre espaço para novas compreensões a respeito do humano. Os diagramas da existência são múltiplos, e a psicanálise tem um lugar privilegiado na leitura do novo.

### **Sexualidades, gêneros e identidade de gênero**

Diferentemente da reflexão sobre gênero/identidade de gênero no campo da psicanálise, a investigação sobre sexualidade é antiga. Sigmund Freud construiu teorias sobre inconsciente e sexualidade e inaugurou uma nova compreensão da inserção dos sujeitos no mundo. Especificamente sobre sexualidade, Freud deslocou a referida noção, tão presente na vida dos homens, e a estendeu às mulheres e às crianças; ampliou a ideia de sexualidade do ato sexual em si para abarcar todos os movimentos de prazer desde o nascimento; afirmou que os itinerários do desejo de cada sujeito vão se conformar a partir de fatores constitucionais, das primeiras relações de objeto e de elementos ocasionais. Apresentou suas ideias no clássico trabalho *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/2016), uma referência para a discussão sobre o tema até os tempos atuais.

Freud (1923/2011) apresenta dois elementos para a constituição da psicosexualidade que são centrais para a discussão sobre subjetividades contemporâneas: o processo de identificação com a mãe/feminino e com o pai/masculino; e o desejo e a escolha de objeto dirigidos a eles, depois expandidos para fora da família. Apresenta considerações fragmentárias a respeito do processo de identificação em vários de seus textos, destacando ser a forma mais primitiva de vínculo emocional com o outro. Sobre a questão, Almira Rodrigues<sup>3</sup> (2020) destaca que, no texto “O eu e o id”, Freud

---

3. Neste texto, as autoras e os autores são citados pela primeira vez com seus nomes completos visando a um registro de gênero, uma vez que as normas de referência preveem apenas o sobrenome e as letras iniciais dos prenomes.

observa que o movimento de identificação precede o movimento de escolha objetal e que é mais determinante do que o corpo sexuado.

Paralelamente, no mesmo texto, Freud fala em uma *bissexualidade psíquica* e na reunião de elementos femininos e masculinos em todos os seres humanos – embora o que esses elementos signifiquem não seja precisado em definitivo em sua obra –, tanto no que se refere ao processo de identificação quanto ao de escolha de objeto. Constata ainda que, no desenvolvimento psicosssexual dos sujeitos, um dos elementos é recalcado face a outro em cada uma das duas frentes.

Para efeitos de nossa reflexão, importa destacar que, em uma perspectiva psicanalítica, a referência das identificações é expressiva, e feminilidade e masculinidade são entendidas como pontos de chegada de um processo de desenvolvimento que tem origem no âmbito familiar e se estende para além desse microcosmo. As identificações são a base para a construção da identidade de gênero, que não precisa ser pensada como fixa e imutável, podendo ser considerada como processo, algo em curso e desenvolvimento, que é a perspectiva aqui adotada.

### **Primórdios e desenvolvimento do conceito de gênero**

Ainda que pouco difundida, psicólogos e psicanalistas foram pioneiros na reflexão sobre identidade de gênero, com os estudos e a clínica de John Money,<sup>[4]</sup> a partir de 1955, e o desenvolvimento desses estudos por parte de Ralph Greenson e Robert Stoller, a partir de 1966. Felipe Figueiredo Lattanzio e Paulo de Carvalho Ribeiro (2018) realizam um resgate da *pré-história do conceito de gênero*, afirmando que os autores citados desenvolveram a ideia de que não existe uma relação natural entre o sexo anatômico de uma pessoa e sua identidade sexual – ou, como viria a ser nomeada posteriormente, sua identidade de gênero. Destacam que Greenson e Stoller abriram a discussão sobre a difícil e conflituosa jornada da construção da masculinidade pelos meninos, na medida em que precisam se desidentificar com o objeto primário, a mãe.

Na sequência, o desenvolvimento dos estudos de gênero se aprofundou a partir de teóricas feministas nas perspectivas das ciências sociais e da filosofia, tendo Simone de Beauvoir como importante referência. A teoria e os estudos de gênero apontam para ideias básicas, sintetizadas por Rodrigues (2021). Uma primeira diz respeito à ideia de que as noções de feminino/masculino foram construídas historicamente para se referir às disposições biológica e fisiológica dos sujeitos que ganham representações sociais, de acordo com as diversas culturas e subculturas.

Sobre os processos de gênero, a historiadora e cineasta Teresa de Lauretis (1987/2019) observa que “a construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação” (p. 131), abrindo a reflexão para as transformações sociais e culturais. Constata que,

---

4. O Protocolo Money, que gerou a redefinição de um grande número de bebês intersexo a partir dos anos 1960, foi denunciado anos mais tarde pelos próprios jovens que sofreram tais mutilações.

ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva do gênero – ou sua autorrepresentação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e autodeterminação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas... (p. 131)

Uma segunda ideia desenvolvida pelos estudos de gênero é que os termos feminino/masculino, feminilidade/masculinidade são relacionais e não aludem apenas a processos de construção de gênero, de *tecnologias de gênero*, conforme análise de Lauretis, ou de *performances de gênero*, conforme análise de Judith Butler (1990/2018). Aludem, sobretudo, a relações de prestígio – de superioridade do masculino e de inferioridade do feminino – e a relações de poder que assumem a feição de relação de dominação do masculino e de subordinação do feminino. O sistema patriarcal, que sustenta essas relações de prestígio e poder, como sistema de relações sociais e sistema ideológico, atravessou séculos e reedita-se na atualidade.

Uma terceira ideia observa que a generificação dos sujeitos é um dos importantes marcadores sociais, juntamente com os de raça e etnia, de classe social e de orientação sexual. Todos aludem a eixos de constituição da subjetividade e da estruturação social, sendo objetos de profundas desigualdades, discriminações e violências. Consequentemente, de profundo sofrimento psíquico.

Por fim, uma última ideia que vem ganhando importância diz respeito ao questionamento dos binarismos e das identidades fixas de gênero e de sexualidade, que se traduzem na teoria *queer*, com destaque para os trabalhos de Butler e Paul B. Preciado.

Preciado (2003/2019) formula a noção de multidão *queer*:

A multidão queer não tem relação com um “terceiro sexo” ou com um “além dos gêneros”. Ela se faz na apropriação das disciplinas de saber/poder sobre os sexos, na rearticulação e no desvio das tecnologias sexo-políticas específicas de produção dos corpos “normais” e “desviantes”. ... O que está em jogo é como resistir ou como se desviar das formas de subjetivação sexopolíticas. (pp. 426-427)

Em termos de práticas sociais, atualmente o movimento *queer* se mostra como uma importante referência entre as pessoas que se autoneameiam como gênero e transgênero não binários e adotam nomeações específicas como gênero fluido, gênero neutro, bigênero. No âmbito da sexualidade, ganham maior expressão os sujeitos que se reconhecem como bissexuais e pansexuais. Ainda que as subjetividades predominantes sejam assentadas em expressões de cisgeneridade e de heterossexualidade, o fato social que se destaca é o questionamento desses fenômenos como *trajetórias automáticas* dos sujeitos.

### Estudos psicanalíticos atuais

Como os estudos psicanalíticos na atualidade têm realizado uma interlocução com essas ideias e reflexões oriundas de outras disciplinas? Depois de uma pausa no debate, até então sustentado principalmente por Stoller, como observam Lattanzio e Ribeiro

(2018), destaca-se o artigo de Jean Laplanche (2006), “El género, el sexo, lo sexual”. O autor traz a ideia de *identificação por* no lugar de *identificação com* e observa que

*el término capital para definir el género es el de asignación. Asignación señala la prioridad del otro en el proceso. ... La asignación es un conjunto complejo de actos que incluye el lenguaje y los comportamientos significativos del entorno. Podríamos hablar una asignación continua o de una verdadera prescripción, en el sentido en que hablamos de mensajes llamados “prescriptivos”; del orden del mensaje, entonces, incluso del bombardeo de mensajes. (p. 8)*

Nesse artigo, Laplanche faz uma crítica às feministas por terem privilegiado o par gênero/sexo em detrimento da sexualidade, do sexual-pulsional. Mas, ao final, acolhe a ideia de designação de gênero, repassada pelo *socius*, aqueles que cercam as crianças. Esse código social se junta ao código do cuidado, pelo qual circulam as *mensagens enigmáticas* de sua teoria da *sedução generalizada* desenvolvida anteriormente.

Na atualidade, os fenômenos da transgeneridade e transexualidade ganham evidência no debate sobre gênero. Para as conquistas alcançadas, os sujeitos coletivos, movimentos LGBTI+, desempenham um importante papel, na medida em que realizam publicização e politização de expressões sexuais e de gênero não convencionais.

Eduardo Leal Cunha (2016), em análise sobre os sujeitos transgênero, registra que historicamente psicanalistas se dividiram entre o entendimento do fenômeno como desmentido da castração/perversão e como forclusão do nome do pai/psicose. Lucas Charafeddine Bulamah e Daniel Kupermann (2016), por sua vez, destacam a contribuição de Danielle Quinodoz como “marco de um segundo momento da história da clínica psicanalítica de pacientes transexuais” (p. 80). Constatam que “a autora finalmente rompe com a dicotomia simplista entre a cirurgia e terapia hormonais serem formas *a priori* de *acting-outs*” (p. 81). Esses autores alertam que as operações do inconsciente e das pulsões estão sujeitas a movimentos históricos e culturais mais amplos. Por esse motivo, “deveríamos atentar para o papel desses na constituição das subjetividades e das práticas tanto dos psicanalistas em suas clínicas quanto dos sujeitos que se identificam como transexuais” (p. 85).

Ainda sobre a questão, Cunha (2013) considera que a articulação entre sexualidade, norma e processos de subjetivação é a mais relevante linha de investigação colocada à psicanálise na atualidade. Chama atenção para a interlocução com a teoria *queer* e o seu questionamento da divisão binária de gêneros:

*nos parece que a questão central colocada pelo confronto entre a psicanálise e a teoria queer se refere ao modo como a primeira se coloca na discussão referente ao lugar da norma nos processos de construção subjetiva. O que a reação distinta, face aos homossexuais e aos transgêneros, deixa aparecer são os limites que a psicanálise parece encontrar ao se deparar com a ruptura radical da norma da divisão binária de gêneros enquanto fundamento necessário do laço social, ao que a homossexualidade*

normalizada do século XXI não parece visar, já que está razoavelmente acomodada ao modelo da união monogâmica e da filiação. Ruptura essa que as performances de subversão de gênero, até mesmo mais do que os transexuais submetidos à cirurgia de transgenitalização, parecem dispostos a empreender. (pará. 44)

Queremos observar que outras/os psicanalistas lidam com a diversidade sexual e de gênero como configurações da subjetividade sexuada na contemporaneidade, entre as/os quais destacamos Leticia Glocer Fiorini (2017a). A autora alerta para a vastidão da categoria *diferença*, que não se reduz à noção de diferença sexual, afirmando o conceito de *diferença simbólica*, como *reconhecimento da alteridade*. E coloca: “*La pregunta que insiste es si el dualismo masculino-femenino es suficiente para entender las complejidades de la construcción de subjetividad sexuada*” (p. 99). Postulando que as subjetividades sexuadas se constroem nas múltiplas interseções entre corpos, sexualidades e gênero, propõe uma abertura na escuta para refletir a respeito das subjetividades sexuadas contemporâneas a partir de outras propostas epistemológicas, nomeadas *lógicas do heterogêneo*.

Próximo a esse sentido, Joyce McDougall (1997) havia cunhado o termo *neosexualidades* para referir-se às expressões da sexualidade infantil dos adultos em suas vivências sexuais consensuais e autoeróticas. Susana Muszkat (2014) observa que a noção passa a incluir também os transgênero e as homoparentalidades, convocando os psicanalistas a se respaldarem numa conceituação de *psiquismo ampliado*, “submetido e constituído a partir de três instâncias: o intrapsíquico, o intersubjetivo e o transubjetivo, ou seja, a cultura” (p. 109).

## Sexualidades, famílias, parentalidades

Partimos do pressuposto de que a questão da sexualidade deve ser pensada de forma contextualizada, levando-se em consideração o tempo em foco, os valores culturais daquele dado momento. Sexo não é anistórico. A formulação é simples e parece óbvia, mas é obliterada inúmeras vezes em diversos campos do pensamento. O que se entende hoje como sexo, como gênero, assim não era em outro momento – e com a psicanálise não é diferente.

Da mesma forma, família não é igualmente um conceito apartado de seu tempo. O que hoje consta no imaginário como um núcleo familiar, há pouco não era sequer reconhecido legalmente – alguns ainda não o são. Famílias monoparentais, homotransparentais, poliamorosas e comunidades que se constituem como famílias são alguns exemplos. Técnicas diversas de reprodução assistida também reorganizam o que se entende por maternidade e paternidade. Da mesma forma, expressões sexuais e de gênero outrora desconhecidas ou repudiadas reestruturam a imagem associada a famílias. Não há por que ignorar, portanto, que, no futuro, esse conceito sofrerá ainda outras inúmeras modificações.

Como se sabe, a *família nuclear* é o cerne em torno do qual orbita boa parte das teorias psicanalíticas. Importa, portanto, compreender que esse núcleo não é

estaque – que a família nuclear burguesa é distinta daquela ampliada medieval e certamente também se diferencia das famílias contemporâneas.

Elisabeth Roudinesco (2003), em uma perspectiva histórica europeia, aponta que o agrupamento considerado família apresentou alterações profundas ao longo dos anos. Antes do século XVIII, os casamentos seguiam a lógica da preservação do patrimônio, e a autoridade patriarcal, quase divina, preteria qualquer pretensão afetiva ou sexual dos filhos. Entre o final do século XVIII e meados do século XX, advém a *família moderna* e, então, a ideia de amor romântico. A partir dos anos de 1960, segundo a autora, surge a *família contemporânea*, que pressupõe uma duração relativa do casal “em busca de relações íntimas ou realização sexual” (p. 19). Esses conceitos certamente variam entre autores. Fato é, contudo, que laços objetivos de consanguinidade ou filiação não dão conta do que é uma família hoje.

Alizade (2012) procura reunir os fatores que dão nome a esses grupos tão diversos ao longo do tempo e esclarece:

*Todo ser humano construye una familia interna o un grupo interno de apoyo, por endeble que éste sea. El otro primario del apego incipiente se multiplica en muchos otros que funcionarán de padre o madre. Estos otros proveerán compañía, comunicación, alivio de ansiedades, protección ante los temores humanos. (p. 78)*

Butler (2003), por sua vez, aponta para a compreensão do parentesco como “um conjunto de práticas que estabelece relações de vários tipos que negociam a reprodução de vida e as demandas da morte” (p. 221).

Família é um conceito em constante mutação. Nesse sentido, a observação e a compreensão dos diversos contextos devem acompanhar a teoria e a prática clínica, em uma perspectiva livre e dinâmica. Patricia Porchat (2017) já adverte:

ou fazemos o exercício de redefinir o parentesco, torná-lo elástico, maleável, de modo a incluir as relações que de fato existem em determinados grupos de indivíduos que se reconhecem como famílias, ou seguiremos patologizando crianças, adolescentes e adultos em função do que não tiveram, do que não conseguiram, de suas supostas falhas e carências, enfim, de tudo que eles têm de diferente em relação a um determinado modelo supostamente ideal de família. (p. 108)

Apesar de tamanha diversidade, conforme relembra Alizade (2010/2016), os 100 primeiros anos na psicanálise foram marcados pelo modelo familiar inamovível constituído pelo par mãe-pai. A diade heterossexual era hegemônica e a triangulação edípica, uma necessidade. Hoje é evidente a limitação dessa ideia. Mais da metade dos núcleos familiares brasileiros está fora do considerado padrão. São principalmente casais sem filhos, pessoas morando sozinhas, mães ou pais sozinhos com filhos, entre outros diversos modelos somados<sup>[5]</sup>.

---

5. Dados de 2015 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa é uma tendência crescente.

## Funções

Na perspectiva das famílias com crianças, um exemplo importante da necessária revisão teórica da psicanálise está na compreensão das chamadas *funções materna e paterna*. A ideia de que somente um pai, real, poderia separar o filho da mãe e garantir, assim, sua entrada em um universo simbólico não é somente datada, como também limitadora. A associação clássica mãe/natureza, pai/cultura destoa do que vemos hoje na clínica e restringe as interpretações possíveis em cada caso.

Fiorini (2015) propõe o termo *função terceira*, em substituição àquele *função paterna*, ao destacar que não só outras pessoas podem exercer essa função como a própria mãe apresenta uma função simbólica fora da díade filho/falo. A autora explica: “Não há um só desejo, embora em certos momentos possa ser predominante. Pensamos que a maternidade implica um sujeito desejoso e simbolizante ao mesmo tempo, com capacidades para exercer operações simbólicas” (p. 485). A ideia vai ao encontro do pensamento de Jessica Benjamin (1992, citada por Arán, 2009), quando esta lembra que a mulher-sujeito na experiência de preocupação materna primária negocia, ela mesma, sua própria autonomia em relação à criança.

O poder patriarcal associado aos termos função paterna/materna deve ser vislumbrado de forma conjuntural, contingente. A perspectiva tradicional coaduna-se com a impossibilidade de conceber as mulheres como sujeitos, além de mães. Por esse motivo, acrescenta Fiorini (2015): “mais do que falar de novas modalidades ou formas da função paterna, que eterniza algo que é contingente, deveríamos falar de novas modalidades de exercício de uma função simbólica” (p. 487). Resta destacar que essa função abre espaço a ordens simbólicas – no plural –, diversas e alternantes.

Da mesma maneira, a clínica psicanalítica comprova a compreensão de que a *função de cuidado* também pode ser exercida de maneira flexível e intercambiável pelos mais variados atores na vida de cada criança. Alizade (2010/2016) apresenta, inclusive, a ideia de *função família*:

*subjetividades en red que sostienen (o derrumban) al psiquismo, en un espacio ramificado de vínculos que exceden a la familia nuclear convencional. En esa red coexisten filiaciones biológicas con filiaciones de extranjería. Por tales entiendo filiaciones con seres significativos que intervienen en el mapa identificador y pulsional del niño. (p. 28)*

Todas essas ideias vão ao encontro de uma concepção livre e cambiante do que se entende pelos laços familiares, particularmente em grupos com crianças. Não existem pais e mães pré-concebidos. A própria nomenclatura é questionável. O neologismo *parentalidade* denota, inclusive, o caráter dinâmico e processual do exercício das funções parentais.

Enfim, se há ainda os que insistem na relevância dos papéis clássicos e estanques da família nuclear para a formação de crianças, o que não faltam são pesquisas comprovando que a configuração familiar não é critério de saúde ou sequer de doença mental. Conforme já adverte Roudinesco: “Para aqueles que temem mais

uma vez sua destruição ou sua dissolução, objetamos, em contrapartida, que a família contemporânea, horizontal e em ‘redes’, vem se comportando bem e garantindo corretamente a reprodução das gerações” (2003, p. 197). A autora conclui: “Há família porque a história das transformações da ordem familiar não é outra coisa senão sua perpetuação” (2019, p. 116).

### **Complexo de Édipo**

Se o que vemos hoje, de forma inequívoca, é a preponderância ascendente das *famílias não tradicionais*, no sentido da tradição burguesa vitoriana, é necessário pôr igualmente em questão um dos núcleos da teoria psicanalítica: o Complexo de Édipo. Estruturante na formação da subjetividade, de acordo com Freud (1905/2016), o Complexo de Édipo apresenta um jogo de identificações e orientações sexuais que se assemelha a um destino.

É evidente a relevância da compreensão desse complexo na estruturação do inconsciente. O romance familiar permeia a história de cada um de nós e trilha os caminhos por onde nos constituímos e desejamos. Conforme esclarece Roudinesco (2019), “o que me parece importante em Freud não é a psicologia edipiana – papai, mamãe, filhinho –, e sim o gesto de pensar o inconsciente em termos de tragédia e destino: romance familiar, narrativa histórica, saga das origens” (p. 105).

Uma visão particularmente estrita do mito na constituição do inconsciente, no entanto, nega modificações importantes relativas à posição das mulheres na sociedade contemporânea. A ideia de feminilidade associada à passividade e ao masoquismo, à submissão ao desejo do outro, é objeto de equívocos tanto na teoria como na clínica psicanalítica, do nosso ponto de vista. Patricia Alkolombre (2017), em interlocução com as ideias de David Nasio, distingue a feminilidade da “ideia de feminilidade que tem o homem neurótico, aquela que emerge de sua angústia de castração que remete a um sinônimo da passividade e da submissão” (p. 292).

A sexualidade feminina, evidentemente, tem caminhos distintos da frigidez, do complexo de masculinidade ou da maternidade, conforme elenca Freud (1931/2010). Da mesma forma, o desejo de ter filho também parte dos homens, independentemente de serem trans ou cis, de estarem envolvidos em relações homossexuais, heterossexuais ou em qualquer outra configuração familiar, ou inclusive de viverem sozinhos. Como, portanto, repensar o Complexo de Édipo fora de um cenário previamente marcado para cada um de nós? Conforme resume Maria Rita Kehl (1998/2016): “É em sua singularidade que homens e mulheres interessam à psicanálise, e na singularidade nenhum homem e nenhuma mulher são idênticos ao sexo a que pertencem” (p. 222).

O fatalismo edipiano nega igualmente a relevante participação de outros atores na formação de cada sujeito. Parentes que coabitam, familiares presentes no imaginário de cada criança, escola, igreja, comunidade, vizinhança, redes sociais são exemplos da *filiação estrangeira* de Alizade (2012). A construção da subjetividade vai além, e muito além, do que o triângulo edípico clássico pode proporcionar. Fiorini (2017b) explica

que, “se for considerado o conceito de Édipo estendido (transfamiliar, transcultural e transgeracional), pode-se dizer que as identificações se enraízam nos discursos vigentes e de gerações anteriores e vão além das pessoas que formam o núcleo familiar, *clássico ou não* [destaque nosso]” (p. 90).

A complexidade dos processos de subjetivação exige uma compreensão igualmente multifacetada das fontes de identificação e desejo de cada um, fontes que se alternam e complementam. As normas vigentes e os referenciais de gênero e sexualidade são apreensíveis de inúmeras formas, em diversos ambientes e relações, não apenas entre as famílias no sentido estrito. Conforme lembra Alizade (2010/2016): “*La palabra familia se expande al englobar a personas, instituciones y grupos. El mundo adulto interviene en toda su complejidad en la organización mental de las nuevas generaciones*” (p. 28).

Por fim, o mito, se vislumbrado de maneira circunscrita, nega a diversidade de cenários e possibilidades em cada família nuclear. Em primeiro lugar, é importante repisar que aquilo que a teoria considera um padrão é hoje vislumbrado em menos da metade dos lares.<sup>[6]</sup> Em segundo, é preciso levar em consideração que os valores e leis se alteram ao longo dos anos e, com isso, modifica-se igualmente a estruturação das subjetividades. Fiorini (2014) já alerta que “a noção inteira de perversão está no cruzamento entre o pulsional e o desejo, com os limites, proibições e barreiras que os discursos vigentes e as leis da cultura propõem. E esse limite pode variar” (p. 52).

Conflitos multifários, convergências e divergências, alternâncias e complementariedades – as identificações e os desejos são diversos e percorrem caminhos únicos, muito além do que o binarismo determinista estabelece. Butler (1990/2018) sintetiza bem: “Com efeito, a possibilidade de identificações múltiplas (que finalmente não são redutíveis a identificações primárias ou fundadoras, fixadas em posições masculinas e femininas) sugere que a Lei não é determinante e que ‘a’ lei pode até não ser singular [destaque nosso]” (p. 122).

Paulo Roberto Ceccareli (2017) concebe esse teatro dinâmico da seguinte forma:

A “solução sexual” que cada um de nós encontra traduz nossa tentativa de solucionar os conflitos – reais ou imaginários – presentes desde o início da vida, para escapar ao sofrimento psíquico: a particularidade de cada “solução sexual” responde ao equilíbrio singular da dinâmica pulsional do sujeito. (p. 142)

Nesse sentido, importa compreender que a noção de diferença, cara à composição da subjetividade, não se limita à distinção sexual. O reconhecimento do outro, a saída do narcisismo, a acolhida da incompletude – tudo isso permeia a ideia de castração e abrange, obviamente, todos os sexos.

Fiorini (2014) aponta como um exemplo importante que, em muitos casais heterossexuais, quando ocorre um aparente reconhecimento da diferença sexual,

6. A título de exemplo, existem 11,6 milhões de famílias com mães e filhos, sem pais, no Brasil, conforme dados de 2015 do IBGE. Esse número representa mais de um quarto (26,8%) das famílias brasileiras com filhos.

6.ão se identifica o reconhecimento do outro em sentido amplo. Da mesma forma, “o reconhecimento da diferença sexual pode vir acompanhado de uma escolha homossexual de objeto” (p. 54). Só há acesso à diferença se houver reconhecimento do outro, o que pode ou não ocorrer em todos os tipos de encontros.

Levando-se em conta as inúmeras formas e meios de subjetivação na sociedade contemporânea, o registro da diferença no sentido simbólico é igualmente múltiplo. Todas as variáveis que atravessam a constituição dos sujeitos se unem em dissonâncias e consonâncias, sempre conflitivas. São os entroncamentos, as fissuras dos encontros que nos definem.

### **Considerações finais**

A psicanálise, como se sabe, representou uma ruptura importante no modo de conceber o humano. Abria-se, pela primeira vez, espaço para vozes silenciadas ao longo de séculos, como a das mulheres e das crianças. Tanto na clínica como na cultura, permeando todas as formas de expressão artística, a psicanálise ofereceu a boa parte da sociedade ocidental um ambiente propício para o questionamento da ordem até então vigente e para a formulação de novas bases sociais, mais inclusivas.

Ocorre que o intuito revolucionário de então se perdeu, ao longo do último século, em alguns nichos da área. Para determinados setores, não resta claro o caráter contingente e histórico de conceitos e ideais, em especial no que toca ao campo da sexualidade – tão caro à psicanálise e, ao mesmo tempo, tão sujeito a transformações. O reexame do sexual na psicanálise é, portanto, indispensável tanto do ponto de vista teórico como ético e político, conforme alerta Márcia Arán (2009).

Ceccareli (2017) também adverte que a psicanálise, ao desconsiderar as mudanças sociais e ater-se a teses insustentáveis na atualidade, arrisca sua própria credibilidade social. Acrescentamos que outro risco importante é a impossibilidade de alcance das subjetividades atuais, do ponto de vista clínico.

Desde a segunda metade do século XX, questionam-se as representações e conexões diretas entre feminilidade e maternidade, sexualidade e reprodução, reprodução e conjugalidade. Na contemporaneidade, a identificação dos sujeitos com as representações de feminino/masculino ganha autonomia frente aos caracteres sexuais primários e secundários, motivando ações que estabelecem correspondências próprias entre identidade de gênero e corporalidade. Da mesma forma, observamos importantes questionamentos a respeito dos binarismos sexual e de gênero.

Na perspectiva do acolhimento das subjetividades contemporâneas, a psicanálise fortalece suas interlocuções com outras áreas do conhecimento e também se amplia para reconhecer a relevância do pluralismo teórico. Na medida em que consolida seu compromisso com a singularidade dos sujeitos, adentra cada vez mais o território da multiplicidade subjetiva. Dessa maneira, abre-se também para a escuta do sujeito coletivo, para além daquele singular.

Uma posição impermeável, depositária de uma lei dita simbólica, é incompatível, do nosso ponto de vista, com a compreensão do sofrimento psíquico. O caminho é sempre, a cada dia, novo e desconhecido. Felizmente, porém, ele depende apenas de algo bastante familiar à psicanálise: um espírito curioso e acolhedor.

### Subjetividades contemporâneas: sexualidades, gêneros, parentalidad y familias

**Resumen:** Las autoras realizan una reflexión al respecto de las subjetividades contemporâneas en las expresiones sexuales, de género y familiares a partir de perspectivas psicoanalíticas y de interlocución con otras disciplinas. Estas cuestiones son analizadas en el ámbito del contexto sociocultural actual, con los ejes de la diversidad, las disidencias y las migraciones. Se destaca el desafío que tiene el psicoanálisis de mantenerse creativo y acogedor para poder dialogar con los sujetos contemporâneos que se confrontan con vastas posibilidades de *ser sí mismos*.

**Palabras clave:** psicoanálisis, sexualidad, género, parentalidad, familia

### Contemporary subjectivities: sexualities, genders, parenthood, families

**Abstract:** The authors reflect on the contemporary subjectivities in their sexual, gender and family expressions as from psychoanalytic perspectives and interlocution with other disciplines. These issues are analyzed in the scope of the current socio-cultural context, with their axes of diversity, dissidences and migrations. They point out the Psychoanalysis challenge of remaining creative and welcoming in order to dialogue with contemporary subjects who are confronted with vast possibilities of *being themselves*.

**Keywords:** psychoanalysis, sexuality, gender, parenthood, family

### Referências

- Alizade, M. (2012). Hacer la vida en el siglo XXI: familias, parejas, soledades. *Revista de la Sociedad Argentina de Psicoanálisis*, (15/16), 73-86. <https://bit.ly/3x65r47>
- Alizade, M. (2016). La liberación de la parentalidad en el siglo XXI. In P. Alkolombre & C. S. Holovko (Orgs.), *Parentalidades y género: su incidencia en la subjetividad* (pp. 25-30). Letra Viva. (Trabalho original publicado em 2010)
- Alkolombre, P. (2017). Paternidades contemporâneas: desejo de filho no homem e técnicas reprodutivas. In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs.), *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 283-296). Blucher.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo da diferença sexual. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 653-673. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>
- Benjamin, J. (1992). *Les liens de l'amour*. Métailié.

- Bulamah, L. C., & Kupermann, D. (2016). A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. *Periódicus*, 1(5), 73-86. <https://bit.ly/2WIL3zd>
- Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21), 219-260. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000200010>
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1990)
- Ceccarelli, P. R. (2017). Psicanálise, sexo e gênero. *Estudos de Psicanálise*, (48), 135-146. <https://bit.ly/3y6KEib>
- Cunha, E. L. (2013). Sexualidade e perversão entre o homossexual e o transgênero: notas sobre psicanálise e teoria queer. *Revista EPOS*, 4(2). <https://bit.ly/3f9G4YO>
- Cunha, E. L. (2016). A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). *Periódicus*, 1(5), 7-22. <https://bit.ly/3rw2bOg>
- Fiorini, L. (2014). Repensando o Complexo de Édipo. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 47-55. <https://bit.ly/3iEFPpy>
- Fiorini, L. (2015). Desconstruindo o conceito de função paterna: um paradigma interpelado. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, 22(2), 479-491. <https://bit.ly/2Wol897>
- Fiorini, L. (2017a). Alteridad y diferencia(s). *Psicanálise*, 19(2), 95-108. <https://bit.ly/3x5qkfu>
- Fiorini, L. (2017b). Novas configurações familiares: funções materna e paterna. In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs.), *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 81-92). Blucher.
- Freud, S. (2010). Sobre a sexualidade feminina. In *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 371-398). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1931)
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In *Obras completas volume 16: O eu e o id, "Autobiografia" e outros textos (1923-1925)* (pp. 13-74). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Obras completas volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)* (pp. 13-172). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino*. Boitempo. (Trabalho original publicado em 1998)
- Laplanche, J. (2006). El género, el sexo, lo sexual. *Alter*, (2), 1-15. <https://bit.ly/3i5TBmm>
- Lattanzio, F. F., & Ribeiro, P. C. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, 30(3), 409-425. <https://bit.ly/2ULOCYE>
- Lauretis, T. (2019). A tecnologia de gênero. In H. B. Holanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 121-155). Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 1987)
- McDougall, J. (1997). *As múltiplas faces de Eros*. Martins Fontes.
- Muszkat, S. (2014). As neossexualidades e a discussão do modelo binário. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 106-112. <https://bit.ly/36WyoF0>
- Porchat, P. (2017). Elementos para refletir acerca do trabalho psicanalítico com famílias que "saem do armário". *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 103-116. <https://bit.ly/3rzPmT4>
- Preciado, P. B. (2019). Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". In H. B. Holanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 421-230). Bazar do Tempo. (Trabalho original publicado em 2003)
- Rodrigues, A. C. C. (2020). Psicanálise, despatologização e subjetivação: corpos, sexualidades e gêneros. *Alter*, 36(1/2), 181-200. <https://bit.ly/3iPvUgW>
- Rodrigues, A. (2021). O feminino e a cultura. *Horizontes Psicanalíticos*, 1, 15-25. <https://bit.ly/2VdlM8t>

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Zahar.

Roudinesco, E. (2019). *Dicionário amoroso da psicanálise*. Zahar.

---

**Almira Correia de Caldas Rodrigues**

Endereço: SQN 405, bloco D, apartamento 106, Asa Sul. Brasília/DF.

CEP: 70239-040

Tel.: (61) 99296-2890

E-mail: almira.rodrigues@gmail.com

**Carolina Pompeu de Sousa Campos**

Endereço: SQN 309, bloco O, apartamento 507, Asa Norte. Brasília/DF.

CEP: 70755-150

Celular: (61) 99289-8622

E-mail: carolpompeu@gmail.com